

Informação digital: um novo património a preservar

FERNANDA MARIA CAMPOS

PALAVRAS-CHAVE

INFORMAÇÃO DIGITAL

PRESERVAÇÃO DIGITAL

POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO

ESTRATÉGIAS DE PRESERVAÇÃO

R E S U M O

A informação digital, nas suas várias formas, constitui já uma significativa parte do nosso património cultural e intelectual, com importantes benefícios para os utilizadores. As organizações com responsabilidades na preservação e acessibilização destes recursos têm que desenvolver um conjunto de estratégias que garantam a sua preservação a longo prazo, preferencialmente em estreita colaboração entre si (bibliotecas e arquivos) e com os produtores/editores de informação digital. Pretende-se aqui demonstrar a razoabilidade da preservação digital e o papel que incumbe às diferentes partes interessadas. Por último, é feita uma referência ao Encontro sobre Preservação Digital organizado conjuntamente pela Biblioteca Nacional e pela ECPA – European Commission on Preservation and Access, bem como à missão e papel da ECPA na promoção de iniciativas relacionadas com a preservação e acesso ao património cultural.

A B S T R A C T

Digital information forms, already a significant part of our cultural and intellectual heritage offering very impressive benefits to users. The organisations charged with the responsibility of preserving and giving access to this information must take the necessary steps to develop a range of strategies to guarantee long-term preservation, preferably in close cooperation between themselves (libraries and archives) and with the publishers/producers of digital information.

The paper aims at demonstrating the rationale for digital preservation and the role to be played by the different stack holders. Lastly it refers to the Workshop on Digital Preservation organised jointly by the National Library of Portugal and ECPA – European Commission on Preservation and Access and to the mission and role of ECPA in promoting initiatives directed to preservation and access to the cultural heritage.

PRESERVAÇÃO DIGITAL: A RAIZ DO PROBLEMA

A informação digital forma uma parte já importante do nosso património cultural e intelectual e oferece benefícios muito significativos para os utilizadores.

A informação digital pode ter origem em diferentes processos de produção da informação e por diferentes motivos. O objectivo para o qual é criada e as razões que assistem à necessidade da sua preservação são muito variáveis. O mundo digital é, essencialmente, um mundo de mudança e de constante dinâmica onde a tecnologia está em permanente mutação, o ambiente legal é sujeito a revisões e actualizações e os próprios objectos digitais são, também eles, dinâmicos. Falar de preservação digital pode, pois, parecer à primeira vista um contra-senso.

Se pensarmos, porém, na função tradicional das bibliotecas e dos arquivos que consiste em coleccionar, preservar e dar acesso, o problema que agora se começa a pôr com tanta urgência e acuidade e que é o da preservação digital parece, ao invés, fazer todo o sentido.

Com efeito, torna-se óbvio que o equivalente digital às publicações em papel, como livros, jornais ou revistas, deve ser tratado com o mesmo respeito e as mesmas prioridades de preservação. É o conteúdo informativo que valorizamos e menos o suporte ou o formato e, nessa perspectiva, devemos, enquanto profissionais da informação, dar os passos adequados para preservar as novas formas digitais do nosso património cultural.

No entanto, as nossas responsabilidades não se ficam meramente pelas versões digitais de livros, jornais e revistas. Há muitos outros tipos de informação, nomeadamente no contexto arquivístico e audiovisual, que devem ser preservados mediante, como é óbvio, critérios de selectividade.

A preservação digital, porém, não se limita à questão de seleccionar o que deve ser preservado. Tem a ver, aliás, com uma multiplicidade de questões onde avultam o **como preservar**, a **responsabilidade pela preservação**, os **custos envolvidos** e **quem deve pagar**, **autorizações de acesso** e **estratégias** para assegurar eficiência em todo o ciclo de vida do recurso digital.

Se olharmos para o panorama nos países mais desenvolvidos tecnologicamente, verificamos que estas questões estão na ordem do dia e constituem matéria para discussão e produção de linhas orientadoras. No entanto, há ainda muito a fazer quer do lado dos produtores dos recursos, quer do das instituições

que pretendem garantir o acesso, quer dos próprios utilizadores no que diz respeito ao problema que representa, hoje em dia, a indefinição ou a falta de políticas e estratégias que garantam o acesso futuro aos recursos digitais produzidos hoje.

Tentando sumariar a visão das duas grandes comunidades envolvidas no processo, os produtores e os depositários – porque só com o envolvimento de todos eles se poderá gizar uma verdadeira política de preservação digital – verificamos o seguinte:

1. Existe consciência de que há recursos que se estão a perder e até consenso quanto à necessidade de fazer campanha pela preservação dos dados.
2. Há um reconhecimento do papel dos criadores/produtores de informação digital e da sua responsabilidade na preservação a longo prazo. Esse reconhecimento está ligado a preocupações com a propriedade sobre os materiais digitais e a protecção dos direitos de propriedade intelectual.
3. Existe uma preocupação latente sobre os custos da preservação, sobretudo porque há ainda pouca informação concreta sobre o nível de custos envolvido.
4. Não há consenso sobre como é que a preservação digital deve ser financiada, apesar de se reconhecer que deve existir uma iniciativa nacional nesse sentido.
5. Existe reconhecimento da necessidade de acções de cooperação assim como de partilha de experiências e de boas práticas.
6. Há consenso na expressão de necessidade urgente de orientação – p. e., uma política nacional e linhas programáticas relativas à preservação de recursos digitais. É comum a referência à necessidade de um organismo nacional para superintender nesta área e garantir o desenvolvimento de processos normativos e a aplicação de melhores práticas.
7. Pese embora os casos de sucesso em curso, há um sentimento generalizado de que a maioria das organizações ainda não pensou nas implicações da preservação digital.

APRENDER E ENCORAJAR AS BOAS PRÁTICAS ENVOLVENDO AS PARTES INTERESSADAS

A produção e a preservação da informação digital são fases do que normalmente se designa como o ciclo de vida do objecto digital. Nesse ciclo de vida estão

envolvidas diferentes partes interessadas com diferentes perspectivas.

Assim, o criador/produtor da informação tem, naturalmente, interesse e controlo sobre como e para que foi criado aquele recurso mas tem menos apetência para os problemas de gestão e conservação do recurso a longo prazo.

As instituições com uma missão específica de preservar informação têm, por outro lado, pouco ou nenhum interesse e controlo na criação do recurso mas, porque o adquirem, tendem a interessar-se pela sua preservação e utilização a longo prazo. Para aumentar a visibilidade do problema da preservação digital – e reduzir os seus custos – as diferentes partes envolvidas necessitam de conhecer melhor o problema e de participar activamente nas diferentes fases do ciclo de vida e não apenas no final por intervenção exclusiva das instituições patrimoniais.

É evidente que quando o criador é, por exemplo, uma empresa, existe logo à partida uma perspectiva de garantia de acessibilidade a prazo, logo uma posição que propicia a preservação. No entanto, para as bibliotecas e para outros sectores de património cultural, só há conhecimento da informação digital praticamente após a sua produção e, nessa altura, já não é possível discutir normas, formatos, estrutura, etc., o que vai dificultar a tarefa de utilizar e de preservar a informação.

Há, pois, que aprender com a prática de certas empresas no que diz respeito à intervenção virada para o longo prazo, que se verifica em todas as fases do ciclo de vida da informação digital e há que intervir, junto dos produtores, no sentido de se estabelecerem critérios de selecção, normas e uma atitude de cooperação que aproxime as diferentes organizações.

As relações complexas entre as diversas práticas envolvidas no ciclo de vida dos recursos digitais sugerem, antes de mais, um contexto de políticas integradas de forma a desenvolver uma posição que, efectivamente, congregue os esforços e os custos da criação, preservação e utilização do recurso.

Para ilustrar melhor estas diferentes plataformas de envolvimento, transcrevemos o seguinte quadro¹ (v. página 12):

Estes diversos níveis elencam, de certa forma, as atitudes das partes interessadas na preservação dos documentos digitais quer em termos de necessidades quer em termos de responsabilidades. A visão é importante porquanto reforça o sentido de envolvimento de vários intervenientes, em diferentes etapas do ciclo

PARTE INTERESSADA	INTERESSE E IMPACTO NA PRESERVAÇÃO A LONGO PRAZO DO MATERIAL DIGITAL
Iniciadores	Nível da gestão das colecções em bibliotecas. Estabelecem a natureza e escalabilidade da ameaça causada pela perda de materiais digitais.
Regulamentadores	Nível do depósito legal, lei de arquivos e da legislação sobre direitos de autor. Pressupõem a criação de disposições legais apropriadas ao estabelecimento de colecções nacionais e à preservação de documentos que são de interesse público.
Criadores	Nível da produção/criação de recursos digitais. A falta de controlo sobre o formato dos documentos a depositar conduz a uma diversidade ingerível.
Detentores dos direitos	Nível da manutenção do <i>copyright</i> . A preservação dos materiais pode levar os detentores a solicitar direitos perpétuos, se não houver disposições regulamentares em contrário.
Gestores financeiros	Nível da gestão dos fundos disponíveis para a actividade de preservação, de acordo com prioridades estabelecidas e tipos de serviço a prestar.
Fornecedores (I)	Nível da publicação de materiais digitais. A diversidade inicial de formatos de edição complica-se com o advento de novas edições em novos formatos e em novos suportes.
Utilizadores	Nível do acesso aos materiais. Os utilizadores tendem a solicitar que os materiais se apresentem em formatos correntes de aceitação geral para visualização e extracção.
Arquivistas/ /Bibliotecários	Nível da preservação dos documentos digitais. Os intervenientes pretendem conservar os documentos e manter a integridade do depósito.
Fornecedores (II)	Nível da edição secundária dos materiais. Os intervenientes neste nível providenciam novas edições que se ligam ao novo contexto intelectual através da reindexação e reapresentação.
Obstrutores	Nível da inacessibilidade dos materiais. São intervenientes, neste nível, todos os que invalidam o acesso através de obstrução tecnológica ou bloqueamento da publicação.

de vida do material digital para garantir que, no essencial, entre o momento da *criação* e o do *acesso*, ou seja, entre o *produtor* e o *consumidor*, possa existir um *intermediário* configurado pelas bibliotecas e arquivos que garanta a qualidade e a persistência do documento a longo prazo.

Conforme já várias vezes referimos, sem o prévio entendimento, sobretudo entre criadores e entidades depositárias, no respeitante à normalização e à disponibilização da informação digital, não é possível estabelecer um verdadeiro e sustentado programa de preservação digital.

À PROCURA DE UMA POLÍTICA INTEGRADA PARA A PRESERVAÇÃO DIGITAL

Ora, é precisamente com o objectivo de começarmos a conhecer, aqui em Portugal, o contexto da preservação digital e a preparar os instrumentos e os métodos indispensáveis para a sua prossecução, que a Biblioteca Nacional decidiu organizar um Encontro sobre Preservação Digital.

A primeira parte foi dedicada à informação sobre projectos em curso, tomando assim conhecimento com métodos e práticas já desenvolvidos ou em vias de desenvolvimento que abrangem contextos multiculturais e experiências nacionais ou regionais. Neste, como noutros aspectos da nossa vida profissional, não é necessário tentar *inventar a roda*, o que é verdadeiramente preciso é conhecer o problema e tomar contacto com aqueles que já estão a trabalhar nele, comparando soluções e melhorando assim a nossa capacidade de formular opções.

A segunda parte do encontro foi reservada para fazer um primeiro ponto da situação sobre a preservação digital em Portugal e, em resultado do debate apresentar um conjunto de princípios e medidas a implementar neste domínio.

Como se pode verificar no programa do encontro, a Biblioteca Nacional é a entidade organizadora em conjunto com a ECPA – European Commission on Preservation and Access e com o apoio do DELOS – Network of Excellence for Digital Libraries (uma acção concertada no âmbito do Programa Europeu IST – Information Society Technologies) e do CLIR – Council on Library and Information Resources (organização não governamental dos Estados Unidos que congrega as instituições americanas ligadas aos problemas da preservação e do acesso e promove e difunde actividades nessas áreas).

Falemos, então, um pouco da ECPA. A European Commission on Preservation and Access foi criada em 1994 com o objectivo de promover actividades ligadas à salvaguarda das colecções em arquivos e bibliotecas europeias e ao acesso a essas mesmas colecções, quer em suporte tradicional quer digital.

A missão da ECPA (de que sou membro desde a sua fundação e à qual presido desde 2001) é desenvolver a consciencialização do público, sobretudo o académico, para as necessidades de preservação e para as estratégias de acessibilidade que bibliotecas e arquivos devem prosseguir, constituindo-se como plataforma para a discussão e a cooperação entre organizações patrimoniais, promovendo, desse modo, a troca de conhecimentos e de experiências, nomeadamente através de:

- Organização de conferências e encontros.
- Publicação de relatórios sobre preservação e tópicos relacionados, incluindo a distribuição na Europa dos relatórios do CLIR e uma selecção de estudos RAMP (Records and Archives Management Programme) da UNESCO.
- Participação em projectos europeus.
- Organização de cursos e acções de formação para profissionais.
- Manutenção do *site* EPIC (European Preservation Information Centre).
- Manutenção do portal GRIP (Gateway for Resources and Information on Preservation).

A ECPA é uma fundação independente cujos membros procuram, antes de mais, promover um movimento europeu concertado entre bibliotecas, arquivos e outras instituições patrimoniais para divulgar informação sobre questões de preservação e acesso e ajudar na coordenação de actividades regionais e nacionais, nesse âmbito.

NOTAS

¹ UK. National Preservation Office – *Digital culture: maximising the nation's investment*. London: NPO, The British Library, cop. 1999. p. 19

ECPA: European Commission on Preservation and Access. Informação disponível em <http://www.knaw.nl/ecpa/>.

BIBLIOGRAFIA

BEAGRIE, Neil – *Digital preservation ("born-digital"): national and international developments*. Apresentação em PowerPoint à CENL (Conference of European National Libraries), Budapeste 2002.
Acessibilidade restrita.
Mais informação disponível em www.dpconline.org. LIST ON DIGITAL PRESERVATION disponível em www.jiscmail.ac.uk/lists/digital-preservation.html.

JONES, Maggie; BEAGRIE, Neil – *Preservation management of digital materials: a handbook*. London: The British Library, 2001.

UK. National Preservation Office – *Digital culture: maximising the nation's investment*. London: NPO, The British Library, cop. 1999.

WATERS, Donald; GARRETT, John – *Preserving digital information: report of the Task Force on Archiving of Digital Information*. Washington, DC : CPA, 1998.
Acessível em <http://www.rlg.org/ArchTF/>.